

UMA REFLEXÃO SOBRE A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DO SEU CONTROLE AO POSTERIOR ABANDONO PELA ELITE

Paulino José Orso¹

RESUMO: Este artigo tem por objeto realizar uma reflexão sobre o processo de criação da universidade brasileira, seus antecedentes, seus desdobramentos e seu posterior abandono pela elite.

Palavras-chave: *Universidade, Ensino Superior, Educação, Controle, Elite*

ABSTRACT: This article objective to achieve reflection about the process of the creation brasilian university, yours antecedents, yours unrolls and your abandon for elite.

keys-word: *university, education, control and elite, higher education.*

O Brasil foi o último país da América a criar seu Ensino Superior de tipo universitário. Somente em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo. Antes disso, foram feitas inúmeras tentativas para se criar a universidade no Brasil, quase todas malogradas. Algumas chegaram a efetivar-se, entretanto, além de serem entendidas apenas como a junção de instituições isoladas, todas elas tiveram vida curta.

Mas, qual foi o motivo de tal atraso? Será que isso ocorreu por motivos financeiros ou por falta de projetos? Na verdade, não foi por nenhum destes motivos. Nossos recursos, assim como hoje, nesse momento eram canalizados para o exterior. Com relação aos projetos, desde a época do Brasil Colônia o jesuíta Marçal de Beliarde já propôs a criação de uma universidade no Brasil. Depois disso, veja-se que somente durante o Império, foram apresentados 42 projetos para se criar a universidade e após a Proclamação da República também foram apresentados outros projetos. Contudo, nenhum chegou a se efetivar e criar a universidade tal como a conhecemos hoje. Mas, então, qual foi o real motivo do atraso na criação da universidade brasileira?

Durante o Império a maior parte dos projetos que foram apresentados, partiam de iniciativas oficiais. Isso já era suficiente para que fossem acusados de serem centralizadores, contrários, portanto, aos interesses dos liberais. Neste momento, diversos grupos disputavam a hegemonia e o controle dos projetos sociais, políticos e econômicos propostos para o país. Contudo, nenhum conseguia garantir hegemonia o suficiente para manter o controle de tais projetos. Além disso, nesse momento, o ideário liberal defendia que o Estado interviesse o mínimo possível na economia e na sociedade, uma espécie de “estado mínimo”. Com isso, a criação da universidade ficou postergada e as discussões e as atenções voltaram-se para a defesa do chamado “ensino livre”.

¹ Doutor em Educação – UNICAMP, Professor Adjunto na Unioeste e Líder do Grupo de Pesquisa em Historia, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR.

Enquanto isso, o “não intervencionismo” perdurou até o final dos anos 20 do século XX. Esta orientação possibilitou um grande avanço em termos sociais, políticos e econômicos, mas acabou por provocar a crise de 1929, fazendo com que os liberais, para salvar o liberalismo e o capitalismo ameaçado, tivessem que mudar de discurso e de prática. Com isso, passaram a defender uma prática exatamente contrária à não intervenção, passaram a defender o intervencionismo, o neoliberalismo. Foi a partir desse momento que surgiu o *Welfare state*, o chamado “Estado de Bem Estar Social”, as políticas do *New Deal* nos Estados Unidos. No Brasil, foi a partir dos anos 30, que Getúlio Vargas começou fazer um plano voltado para as “políticas sociais”, que bem ou mal, perduraram até o início dos anos 90. Ou seja, a partir desse momento, os liberais e capitalistas passam a defender o intervencionismo estatal.

Esta revira-volta no ideário liberal-capitalista tinha em vista impedir que o mundo derivasse nas orientações comunistas/socialistas. Após a Revolução Russa (1918), a União Soviética experimentou um período de grande desenvolvimento econômico, social, político e cultural, com emprego, novas condições de trabalho, saúde, educação, etc. Ao passo que, do outro lado, o mundo capitalista, enfrentava a grande crise econômica com a quebra de bancos, das indústrias, aumento da miséria, da violência, desemprego em massa, etc.

Em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1930, ocorre a chamada Revolução de 30, quando a política café com leite é destronada e assume o poder Getúlio Vargas. Em 1932, os paulistas tentam retomar o poder fazendo a chamada Revolução Constitucionalista, mas também acabam sendo derrotados. Isso, somado a outros movimentos e problemas sociais ocorridos na década de 20, fez com que os liberais e a elite paulista, ao procurarem as razões disso, deparassem-se com a falta de quadros preparados para gerir o aparato estatal e burocrático. Então, os “revoltosos”, no exílio, agora já tendo mudado a orientação política, idealizassem a criação da universidade brasileira para preparar os quadros / formadores que iriam propagar os ideais liberais e garantir a estabilidade social.

Aproveitando a oportunidade de, estando interventor no governo de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, que era cunhado de Júlio de Mesquita Filho, criaram a universidade. Ambos eram ligados aos grandes cafeicultores paulistas e não admitiam que, tendo o controle do poder econômico, não tivessem também o do poder político.

A Universidade de São Paulo – USP – foi criada com um diferencial em relação às outras iniciativas anteriores. Junto com a criação da universidade, na qual também juntaram-se diversas instituições isoladas, foi criada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FFCL – projetada para ser a “*alma mater*”, o centro integrador da vida universitária. Assim, ao entrarem na universidade todos os alunos deveriam permanecer nesta faculdade por dois anos, para receber a “formação humana e filosófica” e depois seguir para as áreas específicas.

Mas, isso ainda não era suficiente para garantir que os futuros formadores realmente fossem os porta-vozes do ideário liberal. Então, importaram-se “eminentes pensadores

estrangeiros” da Itália, da Grécia, Alemanha, Estados Unidos e, sobretudo, da França, afinados com o ideário liberal para garantir que o ideário a ser transmitido fosse rigidamente igual aos dos idealizadores da instituição. Assim, percebe-se com clareza que a criação da Universidade Brasileira não representava apenas parte de um projeto educacional. Era um projeto educacional que expressava um projeto de sociedade ou então, era um projeto de educação que escondia um projeto de sociedade. Isso tanto é verdade que após a criação da universidade, Armando de Salles Oliveira dizia: agora temos um aparelho que oportunizará a formação de nossas elites. Veja-se, portanto, também, que a universidade não era pensada para ser algo acessível a toda população. Ao contrário disso, deveria ser algo voltado para a elite.

O projeto dos idealizadores da universidade funcionou relativamente bem. Pois, o golpe do Estado Novo e sua ditadura, sofreu pouca resistência no interior desta. Posteriormente, o próprio golpe de 1964, foi parcialmente idealizado e tramado por alguns dos que também foram idealizadores da USP. Além disso, de dentro da própria Universidade de São Paulo saíram alguns dos funcionários que foram ocupar altos cargos dentro do governo militar, como é o caso do Ministério da Justiça, cujo cargo que foi ocupado por dois professores oriundos da Faculdade de Direito desta Instituição. Por outro lado, só as aposentadorias compulsórias de professores ocorreram mais de 40. Sem contar os atos de arbitrariedades, tais como, coação, delação, repressão, bisbilhotagem, perseguição, etc., praticados no interior da própria universidade. Laerte Ramos de Carvalho, que passou pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e depois pela Faculdade de Educação, foi nomeado interventor da Universidade de Brasília (UNB), onde patrocinou as piores atrocidades já cometidos em uma universidade brasileira. Mais de 90% dos professores ou foram demitidos ou pediram demissão.

Como se não bastasse isso, a Reforma Universitária e da USP foram realizadas tendo a participação de professores afinados com o ideário e a prática ditatorial. No caso da Reforma Universitária, realizada em 1968, os reformadores foram nomeados diretamente pelo Presidente da República. Alguns destes, posteriormente também participaram da Reforma da USP. Uma estratégia idealizada nesse momento e que depois foi reproduzida por praticamente todas as universidades que foram criadas a partir daí, foi o deslocamento dos Campus Universitários para longe das cidades como uma forma de evitar o contato dos estudantes com o restante da população e vice-versa. Como diz Roque Spencer Maciel de Barros, que participou tanto da Reforma Universitária e da USP, seu objetivo maior era recolocar a universidade nos trilhos, isto é, procurar resgatar o antigo projeto dos idealizadores da instituição, de quem era muito amigo e por longos anos foi colaborador.

Observando-se à distância, pode-se dizer que, tanto a criação da Universidade Brasileira quanto a Reforma Universitária e da USP, foram pensadas e realizadas como parte de um projeto maior, um projeto de contenção social. Como dizia Antônio Carlos, era preciso fazer a revolução antes que o povo a fizesse. Florestan Fernandes diria que foi a revolução dentro da ordem e nós diríamos que foi a “revolução gloriosa brasileira”. Isso tudo, leva a pensar um pouco mais sobre o papel da educação e da universidade na sociedade. Também contribui para por em xeque o mito da escola.

Inicialmente, os idealizadores pretendiam criar apenas algumas universidades pelo país a fora, com o mesmo ideário, tendo como modelo a USP. Mas, em função da pressão social e da demanda para ocupar os cargos na burocracia estatal, a partir dos anos 60, houve um grande crescimento do ensino superior público. Até o final da década de 80 o ensino superior público ainda era visto como um importante instrumento que atendia os interesses das elites. Contudo, a partir daí, com as mudanças na economia e na sociedade provocadas pela profunda crise sócio-econômica, os liberais e capitalistas novamente são forçados a mudar suas orientações como forma de novamente dar uma sobrevida ao liberalismo e capitalismo ameaçados. Então, de um intervencionismo neoliberal, passaram ao ultraliberalismo, como forma de desafogar o estrangulamento do capital. Como parte disso, temos as guerras imperialistas no Oriente Médio e as tentativas de formar blocos econômicos. A partir destas mudanças, a universidade brasileira também passou a sofrer as consequências nefastas. Por conta da desresponsabilização do Estado em relação às políticas sociais, intensificou-se profundamente o sucateamento da universidade. Em função disso, ocorreu a difusão do Ensino Superior privado, a transformação da educação numa espécie de indústria, válvula de escape para tentar resolver o problema da crise e dar uma sobrevida ao capital.

Com estas mudanças todas, uma vez justificada a ideologia dominante, a educação perdeu a função e não faz mais parte dos interesses da elite. Por isso, a desresponsabilização com sua manutenção e “qualidade”. Portanto, agora a educação e a universidade foram transformadas apenas em válvula de escape para tentar resolver a crise do capital – transformara-se numa mercadoria como qualquer outra.

O antigo ideário que defendia que a universidade deveria ser uma instituição de “livre pensamento”, da “ciência desinteressada”, foi para o espaço. E, para sobreviver, cada vez mais ela está sendo forçada a tornar-se refém da iniciativa privada. Com isso, a ciência passou a ser sinônimo daquilo que o capital entende como ciência, isto é, do lucro, da exploração e da dominação. Em última instância, a ciência passou a ser sinônimo de violação dos direitos, de redução da qualidade de vida, da destruição do meio ambiente, da guerra, da usurpação da vida e, portanto, de promoção da morte.